

ENSINO E CURRÍCULO DE HISTÓRIA: A CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Ivanor Luiz Guarnieri*

GUARNIERI, I. L. Ensino e currículo de história: a contribuição dos autores. **EDUCERE** - Revista da Educação, Umuarama, v. 6, n. 2, p. 93-114, jul./dez., 2006

RESUMO: A história do Brasil presente nos livros didáticos e ensinada em nossas escolas deve muitas de suas informações às pesquisas feitas no século XIX, principalmente a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O presente artigo procura mostrar momentos da historiografia brasileira daquele século, citando a contribuição de alguns autores, como Francisco Adolfo de Varnhagen e Capistrano de Abreu e, inicialmente, algumas questões de procedimento teórico-metodológicos daquele período.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia da História. Historiografia Brasileira. História do Brasil.

TEACHING AND HISTORY SYLLABUS: THE AUTHORS' CONTRIBUTION

ABSTRACT: The Brazilian History shown in the school books, and taught in our schools, owes many of its information to the studies carried out in the 19th Century, especially since the creation of The Brazilian History and Geography Institute. The present work reveals historiography moments from that time by mentioning the authors' contribution as Francisco Adolfo de Varnhagen and Capistrano de Abreu, and, to begin with, some issues regarding theory-methodology procedures in that period.

KEY WORDS: Philosophy of History. Brazilian Historiography. Brazilian History.

ENSEÑANZA Y CURRÍCULO DE HISTORIA: LA CONTRIBUCIÓN DE AUTORES

RESUMEN: La historia de Brasil encontrada en libros didáticos, y enseñados en nuestras escuelas, debe mucho de sus informaciones a las investigaciones hechas

*Mestre em História, professor da Universidade Paranaense - UNIPAR e da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel - UNIVEL. ivanor@unipar.br e imguarnieri@uol.com.br

en el siglo XIX, principalmente después de la creación del Instituto Histórico y Geográfico Brasileño. El presente artículo busca mostrar momentos de la historiografía brasileña de aquel siglo, citando la contribución de algunos autores, como Francisco Adolfo de Varnhagen y Capistrano de Abreu y, inicialmente, algunas cuestiones de procedimiento teórico-metodológico de aquel período.

PALABRAS CLAVES: Filosofia de la Historia. Historiografía Brasileña. Historia de Brasil.

INTRODUÇÃO

Conhecemos apenas uma única ciência, a ciência da história.

Karl Marx

A frase em epígrafe, presente nos manuscritos de *A Ideologia Alemã* (MARX, 1988, p. 23), revela a grande importância dada à História pelo economista judeu-alemão, Karl Marx. Considerando duas histórias, a do homem e a da natureza, mas destacando que ambas não podem ser separadas, Karl Marx dirá que lhe interessa, sobretudo, a história do homem, notória em seus escritos, cujo direcionamento aponta para o aspecto econômico e de organização da produção de bens.

A questão de saber se a história é ciência ou pode ter o estatuto de ciência, tornou-se menos relevante e, seguramente, não é ciência no sentido que se dava no século de Marx, século XIX, quando as perspectivas naturalista e positivista eram predominantes, período no qual o modelo de ciência era a física e, de alguma maneira, aspirava-se ao rigorismo desta ciência também para as chamadas Ciências Sociais, e em alguma medida para as Ciências Humanas. Hoje, há quem questione mesmo se a História e a Geografia podem ser tidas como ciências, notadamente para os adeptos da Nova História, para os quais o status de ciência já não teria tanto peso. (MARCELLINO, 1988).

Polêmicas à parte, em razão das transformações cada vez mais céleres ocorridas na sociedade, notadamente com a modernidade, foram buscadas explicações científicas para os fenômenos sociais. Isso não significa que, no período anterior à chamada Revolução Copernicana, (séc. XVII) o problema social tivesse sido negligenciado. Como explica Marcellino (1988), já na Grécia antiga, com Platão, em suas obras: *A República* e *As Leis* e, com Aristóteles, em *Política*, este assunto era tratado. Porém encontram-se muito mais formulações de propostas ideais de organização da sociedade, em escritos com sentido mais normativo e finalista que buscavam prescrever como deveria ser a cidade a partir de valores apriorísticos. Essa perspectiva de análise foi predominante até o final

da Idade Média por obra de pensadores ligados à Igreja Católica, como Santo Agostinho, por exemplo, em seu livro *Cidade de Deus*, escrito sob inspiração platônica.

Como foi dito acima, as ciências do homem, culturais, sociais ou humanas, nascem do espírito das ciências da natureza e de sua objetividade, e das circunstâncias históricas do mundo moderno, entre as quais o descobrimento do Novo Mundo pelos europeus, inserido no contexto maior do genericamente chamado capitalismo comercial.

Ainda presos a uma espécie de filosofia social, a modernidade assistirá à escrita de obras utópicas como *A Atlântida* de Francis Bacon e, dele também, o *Novum Organum* como pretensão a método mais adequado à ciência de seu tempo e, a *Utopia*, de Thomas More; *A República*, de Jean Bodin e acima de tudo a força do racionalismo em oposição ao mundo teológico e estático da Escolástica (MARCELLINO, 1988).

A efervescência revolucionária do século XVIII, seja com a Revolução Industrial que espalhou suas máquinas e sua maneira de organizar a produção de bens; seja com a Revolução Francesa e suas idéias políticas, cuja bandeira de liberdade e igualdade ainda está para ser cumprida, desencadearam crises e imprimiram ritmos ainda mais céleres de mudanças sociais e, conseqüentemente, a necessidade de explicações para o fenômeno social.

O modelo das ciências físicas, e sua utilização no trato das questões sociais, ganharão destaque no século XIX, com a Sociologia, seguida da Antropologia e Economia, com a seguinte problemática: o que torna possível a organização social das relações entre os homens?

Para Émile Durkheim, a organização social é possível graças ao consenso ou *consciência coletiva*, e o objeto da sociologia é o fato social. Explicitada a importância do fato social já na primeira proposição de seu método, como ele aponta: “a proposição segundo a qual os fatos sociais devem ser tratados como coisas - proposição que está na própria base do nosso método”. (DURKHEIM, 2002, p. 16). A idéia de que é possível tratar os fatos sociais como objeto esclarece a filiação de Durkheim ao positivismo.

Max Weber, por seu turno, observa os aspectos simbólicos das relações sociais, a noção de ação social, e criava os chamados tipos ideais para o estudo da sociedade, como ele mesmo explica o sentido ao afirmar como possibilidade metodológica a eleição de “uma individualidade histórica, isto é, um complexo de elementos associados na realidade histórica, que unimos em um todo conceptual do ponto de vista de um significado cultural”. (WEBER, 1999, p. 28).

Karl Marx, por sua vez, via nas relações de classes em luta e na produção de bens o fio condutor para a análise da história. Ele já havia apontado a relevância

da História nos manuscritos de *A Ideologia Alemã* e dirá no *Manifesto do Partido Comunista* que “a história de todas as sociedades que existiram até hoje tem sido a história das lutas de classes”. (MARX, 1988, p. 75).

Tendo como pano de fundo o problema das ciências humanas e sociais, e o fato de elas serem historicamente situadas, e considerando que a própria história também é histórica, escrita de diferentes perspectivas em diferentes tempos, o presente artigo toma como questão fundamental a seguinte pergunta: enquanto na Europa se processavam algumas investigações acerca do social, qual a perspectiva adotada nesses estudos para o Brasil, em particular para a história do Brasil?

Metodologicamente, a historiografia européia adotava, no século XIX, os postulados teóricos do paradigma iluminista, o que implicava a afirmação de que a racionalidade poderia esclarecer as relações de causa e efeito dos fenômenos, a partir de pesquisas conduzidas por técnicas apropriadas, para e em cada ciência.

No plano filosófico, as idéias dos pensadores da chamada Ilustração (aufklärung), Immanuel Kant à frente, tiveram implicações diretas sobre a metodologia da história na Europa, pois, a constituição da ciência da história no século XIX, implicava responder a dois problemas: o primeiro saber se a história existia como objeto passível de investigação científica, e o segundo se é possível e, e em que medida seria possível conhecê-la.

Naquele século, dominava no pensamento europeu, com relação à história, o chamado historicismo, corrente historiográfica que considerava a história de um objeto suficiente para o entendimento de seu valor. O historicismo se vê tomado “desde meados do século XIX, pela teoria ou princípio de evolução e pela fé ou certeza do progresso” (FALCON, 1997, p. 15).

Na perspectiva do historicismo ainda se encontravam o positivismo e o marxismo, que exerceram e exercem grande influência no modo de pesquisar e escrever história, ambos procurando fazer abordagens objetivando uma visão de conjunto ou de totalidade, próprio do pensamento moderno, e na melhor tradição iluminista, pois que, entre outros pontos característicos dessas duas correntes, “o positivismo comtiano e o marxismo, se bem que este em termos muito específicos, enfatizam ao mesmo tempo a unidade da ciência e a realidade da História” (FALCON, 1997, p. 15).

A perspectiva desses estudos será adotada no Brasil por diferentes autores, e embora no presente artigo não se pretenda fazer longas comparações entre autores, pois se restringe a historiografia brasileira do século XIX, vale salientar que, desde Francisco Adolfo de Varnhagen até pesquisadores de nossos dias, estão presentes nos livros didáticos abordagens que seguem tendências

positivistas e marxistas, cujos conteúdos de história, notadamente no caso de Varnhagen, serão aqui tratados. Adiantando contudo, não fazer aqui citações de autores de livros didáticos, por duas razões: a presença de narrativas sobre a descoberta do Brasil e dos primeiros governos gerais, entre outros assuntos, informações trazidas por historiadores que serão aqui apresentados, é de tal modo conhecido, dado o grande enfoque que recebe em nossas escolas, que citar alguns livros escolares seria apenas sobrecarregar o texto com informações que qualquer pessoa que tenha estudado no ensino fundamental conhece, e, além disso, tornaria o texto excessivamente extenso para as pretensões segundo as quais foi pensado.

O presente trabalho tem como objetivo apontar características metodológicas e de conteúdos da história do Brasil, desenvolvidos desde a fundação do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, em 1838, até Capistrano de Abreu, notadamente com *Capítulos de História Colonial*, publicado no início do século XX, e que guardam relação direta com o fazer escolar, pois estão presentes ainda hoje, nos planos de ensino, nos livros didáticos e nas aulas de história ministradas em nossas instituições de ensino.

Em síntese, o conteúdo de História lecionado em nossas instituições de ensino, seja no Ensino Fundamental, Ensino Médio e, mesmo nas séries iniciais de alguns cursos do Ensino Superior, carrega informações, detalhes e explicações do passado brasileiro, extraídos dos autores aqui apontados, com conteúdos de Francisco Adolfo de Varnhagen como capitânias hereditárias, viagem de Pedro Álvares Cabral, governos gerais, constituição da gente brasileira, como aponta Von Martius, a partir do branco, negro e índio entre inúmeras outras abordagens que tiveram sua origem num determinado momento das pesquisas historiográficas feitas em nosso País. É preciso observar alguns trabalhos pioneiros sobre essa história, motivo pelo qual o presente texto pretende ser também, uma pequena contribuição ao debate.

Como o assunto é amplo, optou-se por fazer alguns recortes entre o século XIX, ou precisamente 1838, quando se fizeram tentativas mais organizadas de escrita da história do País, com a criação do IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, indo até o início do século XX, analisando o trabalho de Capistrano de Abreu. É sobre isso que se passará a discorrer com mais vagar a partir de agora.

Historiografia Brasileira no século XIX e o IHGB

No século XIX, o espaço da produção historiográfica deixa de ser do “homem de letras” e passa ser ocupado pelo historiador. A pesquisa em arquivos, a leitura de fontes e a narrativa da história passam a receber um tratamento mais

cuidadoso. Na Alemanha, o historicismo de Ranke, por exemplo, além das idéias francesas, como o positivismo de Augusto Comte, a Ilustração, mais o darwinismo social, compõem os quadros teóricos de grande influência na historiografia, desde o começo do século XIX, até chamado neo-historicismo de 1945.

Aos referenciais teóricos citados acima, em tão grande voga no século XIX, juntou-se a organização política do Brasil, dominada por uma elite de letrados (CARVALHO, 1980), especialmente juristas e, em sua maioria, ao menos até 1850, composta por pessoas formadas em Coimbra, o que de certa forma garantia alguma homogeneidade ao grupo político dominante. Considere-se o fato de que o imperador D. Pedro II gostava de ter a companhia de eruditos e ser visto como também um estudioso. E tenha-se em consideração, ainda, a junção de outro elemento: a necessidade de escrever a história do Brasil, buscando sua identidade de jovem nação. Enfim, observe-se os ajuntamentos teóricos e circunstanciais da época, para se ter uma idéia do ambiente que levou a produção historiográfica do período a escrever a história que, em largos traços, será analisada neste trabalho.

O Brasil não escapava das características da historiografia européia, aqui ela era pensada no bojo da idéia de nação, a exemplo dos debates acerca do nacional que ocorriam na Europa. Porém, no caso do Brasil, existia uma série de diferenças: nação jovem, única monarquia plantada na América, heterogeneidade do povo brasileiro, constituído por três raças: o indígena, o branco, o negro. Das características que se apresentavam, era mister encontrar um sentido para o País. Seguindo os quadros da Ilustração, tornava-se necessário perceber o sentido do progresso e da civilização.

Como escrever a história do Brasil capaz de dar conta dessas perspectivas? De que ângulo era necessário olhar para escrevê-la? Qual o sentido da história do País? Eram perguntas pertinentes e que acabaram por conduzir as pesquisas histórico-geográficas sobre o Brasil. Nesse esforço de sistematização e organização das pesquisas foi criado um instituto cuja relevância e presença se fazem ainda sentir.

Sediado no Rio de Janeiro, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 21 de outubro de 1838, recebia do governo imperial cerca de 75% do financiamento necessário às suas atividades. Tendo como linha de pensamento norteadora a Ilustração e como ponto a ser perseguido a gênese da nação, a partir da idéia de Estado Nacional, seus quadros eram formados, inicialmente, por pessoas vindas de Portugal e formadas em Coimbra. O que não é de estranhar, mesmo sendo 16 anos depois da independência, pois quando colônia, Portugal proibia a instalação de universidade aqui, resultando daí a formação da elite política e administrativa mais homogênea, das quais o IHGB

não escapou, como aponta Carvalho:

O ponto importante a guardar de toda análise é que a síndrome educação superior - educação jurídica - educação em Coimbra, deu a elite política, particularmente a da primeira metade do século, aquela homogeneidade em termos de ideologia e capacidade que apontamos como necessários para as tarefas de construção do poder nas circunstâncias históricas em que o Brasil se encontrava (CARVALHO, 1980, p. 69).

A proximidade com o Imperador tornou-se ainda maior a partir de 1849, quando o IHGB foi transferido para o Paço Imperial, e as visitas de Dom Pedro II tornaram-se mais freqüentes; bolsas de estudo foram distribuídas, chegando os estatutos de 1851 a vincular o Imperador como seu protetor. Além disso, com tais estatutos o IHGB ligou-se ao *Institut Historique* de Paris, com troca de correspondência entre seus membros. Esta ligação e os artigos brasileiros que o *Institut Historique* publicava, ajudavam a dar legitimidade ao trabalho do IHGB, “podemos pensar o *Institut Historique* de Paris como fornecedor dos parâmetros de trabalho historiográfico do IHGB, e instância legitimadora”. (GUIMARÃES, 1988, p. 13).

Cabe aqui observar que, a ligação do IHGB ao *Institut Historique* de Paris, tinha não só o caráter de busca de legitimação da pesquisa desenvolvida no Brasil, mas também era característica da pesquisa brasileira, pois “em raras ocasiões a produção historiográfica logrou libertar-se de vínculos externos excessivamente pesados. Desde Varnhagem e Capistrano de Abreu, marcados pela Escola Histórica Alemã” (MOTA, 1990, p. 25).

A presença do historicismo da Escola Histórica Alemã, apontada por Mota, é compreensível pois o IHGB precisava, e foi buscar na Europa, modelos metodológicos capazes de orientar a pesquisa a ser desenvolvida no Brasil, portanto em conformidade com o paradigma historiográfico existente no século XIX. O problema, porém, é a excessiva dependência aos modelos estrangeiros, que só mudará, e mesmo assim não muito, com a implantação de cursos de mestrado e doutorado a partir de 1960. Mas sobre isso se falará na conclusão.

Problemas de originalidade metodológica à parte, cabia, de todo modo, ao IHGB, o trabalho de escrita da história do Brasil - percebida como “mestra da vida” - e o Brasil situado como uma monarquia em meio ao caos de repúblicas americanas. “O historiador, na qualidade de esclarecido, deveria indicar o caminho da felicidade e realização aos seus contemporâneos, fiéis súditos da monarquia constitucional e da Religião Católica” (GUIMARÃES, 1988, p. 16).

A preocupação com a escrita da história levou o IHGB a organizar um concurso, cujo tema perguntava como se deveria escrever a história do Brasil.

O concurso foi ganho em 1847 por Von Martius, com um texto que já havia sido publicado anteriormente pela mesma revista do IHGB. Von Martius, alemão dedicado ao estudo do Brasil, propôs que se escrevesse a formação da nação a partir das três raças que compunham o País, o branco, o negro, o índio, a começar pelo indígena.

Com relação ao problema da integração do branco, do negro e do índio à história nacional, grosso modo, era observada, por Von Martius, da seguinte forma: o branco pelo seu papel civilizador e com cuidados especiais com relação aos portugueses que implantaram uma civilização no Brasil. Deveria, então, o historiador descrever a civilização portuguesa no Brasil, considerando a vida dos colonos, o seu dia a dia. O indígena como elemento integrado à civilização, contribuindo com seus costumes. Quanto ao negro, pouca atenção lhe dispensa Von Martius, nisso sendo fiel ao pensamento de sua época, que via no negro um fator de entrave para a civilização (GUIMARÃES, 1988).

Demoraria quase oito décadas para que alguém seguisse os planos de Von Martius em considerar a mescla de raças que cimentaram a sociedade brasileira e, quando isso foi feito por Gilberto Freyre, em 1933, o País já era outro. A proposta de Freyre diferia de Von Martius, pois que acabou por descrever uma terra feliz, incorporando o negro como elemento fundamental, ao contrário da opinião de Von Martius que, ao ser perguntado se a entrada do negro foi boa ou má, dizia ter sido maléfica, opinião que não era só sua.

Voltando ao Instituto, dos assuntos tratados na revista do IHGB, o indígena é o que ocupa maior espaço, seguido de temas como as viagens de exploração, as explorações de caráter científico, sem descuidar ainda do debate acerca das histórias regionais, cujo papel era importante, pois um projeto de nação dependia do conhecimento de suas regiões e províncias, conhecimento capaz de orientar a administração do Estado e indicar o progresso e a ordem que a civilização poderia seguir e, neste sentido, o IHGB era importante para coletar, informar e esclarecer acerca deste projeto de civilização acalentado para o Brasil.

Mas, em que pese os esforços do IHGB, “o Brasil Império não chegou a produzir um conhecimento sistematizado sobre si próprio” (NEVES; MACHADO, 1999, p.450), o que pode ser compreendido em razão do enfoque maior dado para o período do Brasil Colônia (1500 - 1822) o que aliás foi feito por Varnhagen e Capistrano.

Além do IHGB, também mostra o crescente prestígio da História “a criação do Arquivo Nacional, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da primeira cadeira de história pátria no Colégio Pedro II, indicassem a sensibilidade existente em relação ao papel da disciplina no mundo ocidental durante o século

XIX” (NEVES; MACHADO, 1999, p. 450). A história se profissionalizava cada vez mais.

Tendo sido criados na mesma década, e quase ao mesmo tempo, o Arquivo Nacional, em 02 de janeiro de 1838 o IHGB em 21 de outubro de 1838, e o Colégio Pedro II, este em 01 de dezembro de 1837, mostram o esforço do Império em organizar a escrita da história brasileira, em razão da crescente importância da mesma na construção de uma identidade que se queria construir para a nação.

Do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sediado no Rio de Janeiro, surgiram em diferentes estados da federação outros institutos, como o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, o de São Paulo, etc. A Revista do IHGB, que inicialmente servia para divulgar as pesquisas, hoje serve de fonte documental para a escrita da história. Historiadores ocupados com diferentes objetos e assuntos da história brasileira encontram nesta revista informações, dados e indicações de documentos de diferentes períodos, indispensáveis ao entendimento de nossa história. Entendimento para o qual o trabalho de Francisco Adolfo de Varnhagen contribuiu sobejamente. E é para ele que se encaminha a análise a seguir.

Varnhagen

A proposta de síntese da história do Brasil não foi realizada, contudo, por Von Martius. Francisco Adolfo de Varnhagen tomou para si esta hercúlea tarefa. Ligou a história do nosso País à monarquia portuguesa, ao Império Português e ao catolicismo.

Filho de engenheiro alemão e mãe portuguesa, Varnhagen (1816 - 1878) foi para Portugal ainda criança. Teria chegado a defender Dom Pedro IV contra Dom Miguel na disputa pelo trono daquele país. Ao regressar para o Brasil, e com a coroação de Dom Pedro II, adotou a nacionalidade brasileira. Capistrano de Abreu, no necrológio de Varnhagen, afirma que o desconhecido o atraía (REIS, 1999, p. 24), mas quanto à sua formação historiográfica, teria sido mais um autodidata, segundo José Carlos Reis, embora Lúcia Maria Paschoal Guimarães informa que ele era formado em engenharia, e sua dedicação aos estudos históricos tenha lhe rendido o reconhecimento da Academia Real de Ciências de Lisboa (GUIMARÃES, 2000). Seu apego ao Brasil e sua devoção ao Imperador teriam lhe valido vários cargos diplomáticos. Aliou-se, então, o gosto em desvelar o desconhecido com a possibilidade de viajar e conhecer arquivos em vários países, inclusive com o financiamento de Dom Pedro II, que julgava de importância firmar os pilares do passado brasileiro, como forma de consolidação da Nação.

De qualquer forma e, apesar da discordância de alguns acerca da obra de Varnhagen, os historiadores do século XIX tinham um problema político a enfrentar: “o da transformação da ex-colônia em uma nação”. (REIS, 1999, p. 31). Este problema foi enfrentado pelo Visconde de Porto Seguro - como foi nomeado Varnhagen, ao receber o título de nobreza concedido pelo Imperador. Perguntava-se na época: O que o Brasil queria ser? O que as elites queriam era na verdade a continuidade do grande Império Português, da religião Católica, da monarquia, da escravidão e a negação do negro e do índio. Na concepção de Varnhagen, os portugueses teriam implantado a civilização em uma terra até então improdutiva, caberia aos brasileiros dar continuidade a este projeto. Seu olhar é o olhar do colonizador português, olhar de quem está observando, a partir da Nau Portuguesa. O lusitano venceu e, se venceu, é superior, portanto se o Brasil quiser ser vitorioso deverá seguir a continuidade lusitana do branco e, com isso, fica excluída a participação dos dominados no modelo possível para o Visconde de Porto Seguro (GUIMARÃES, 2000).

O legado de Varnhagen é extenso, com livros, opúsculos, memórias, artigos. No campo da história, sua obra maior é *História geral do Brasil antes da sua separação e Independência de Portugal* (VARNHAGEN, 1952). Mas outras merecem ser consideradas segundo Guimarães, como a *História da Independência do Brasil* e *História das lutas contra os holandeses no Brasil*. (GUIMARÃES, 2000).

A obra *História geral do Brasil*, escrita entre 1854 e 1857, começa por descrever a natureza selvagem e atemorizadora do País. Natureza que se apresentava, no início da colonização, nua de minérios, mas com plantas que poderiam ser utilizadas na Europa. Informa da origem do nome do País, devido ao nome dado aos comerciantes de pau-brasil, nome logo estendido aos moradores da terra.

Sua visão acerca dos indígenas é negativa. Descritos como preguiçosos, homens feras vivendo entre feras, cheios de vícios, como sodomia, antropofagia, etc., e Varnhagen se pergunta como poetas e filósofos puderam enaltecer a vida selvagem. Trata-se, de uma posição contrária a de Jean Jacques Rousseau que, embora nunca tenha afirmado explicitamente a expressão “bom selvagem”, mas trabalhava com a antítese homem e natureza, “a civilização é vista por Rousseau como responsável pela degeneração das exigências morais profundas da natureza humana.” (ROUSSEAU, 1997. p. 12). E Michel Montaigne que, no capítulo 31, do *Ensaio* (MONTAIGNE, 1997) nota que a antropofagia era um ritual cultural e não leviandade pura e simples dos silvícolas. De todo modo, eis uma temática fascinante para pesquisa em história intelectual, passível de ser desenvolvida em outro estudo. Segue-se aqui, ainda a questão historiográfica.

Tendo descrito o terreno onde os portugueses iriam chegar, Varnhagen passa a falar das viagens marítimas, primeiro, a de Vasco da Gama e, em seguida, a de Pedro Álvares Cabral. São os primeiros heróis do grande desfile de homens heróicos que o Visconde de Porto Seguro apresentará, característica da narrativa histórica feita sob a perspectiva dos que governaram, e que são assuntos facilmente encontrados nos livros de história do Brasil do ensino fundamental e médio.

Quanto à descoberta, não se poderia dizer que foi por razões mesquinhas ou interesses pecuniários. Logo, para o Visconde de Porto Seguro - título apropriado para um defensor tão ardoroso da chegada lusitana - teria ela de ser por acaso. E o foi, segundo sua descrição, porém dentro dos quadros gloriosos do combate ao muçulmano “infel”. Descreve a intencionalidade de chegar às Índias, o famoso Tratado de Tordesilhas, em razão do qual, embora alguns espanhóis pudessem ter aportado antes nestas terras, garantia a posse da mesma para os portugueses.

Varnhagen comenta do acasalamento com as mulheres indígenas, que estas nutririam alguma preferência pelo homem branco, mais forte, e conseguiriam, com isso, fugir da sujeição aos maridos silvícolas, nascendo, daí, os mamelucos e caboclos. Com relação ainda aos índios, era necessário tirá-los da barbárie, já que foram eles, segundo Varnhagen, os primeiros agressores, tendo atacado e comido dois navegadores da expedição de 1501. Por isso “é filantrópico civilizar e evangelizar o índio, não o deixando entregue à sua barbárie”. (REIS, 1999, p. 41). Varnhagen teria concordado, certamente, com a atitude dos jesuítas e outros missionários católicos enviados para evangelizar esta gente, mesmo sendo levados a compactuar com a escravidão, desde que preparassem a alma silvícola para a salvação eterna.

Chegaram finalmente os missionários, e não podendo contrastar o sentimento geral [em favor da escravização indígena], pactuaram com ele. Por uma dessas capitulações de consciência, em que os jesuítas são exímios, acharam meio de entender que ‘quanto mais larga fosse a porta dos cativeiros lícitos, tanto mais escravos entrariam na igreja e se poriam a caminho da salvação’. (RIBEIRO, 1995, p. 101).

Na extensa obra *História geral do Brasil*, de cinquenta e quatro capítulos, as descrições das capitânicas hereditárias, em número de quinze, entregues a doze capitães donatários, foram percebidas por Varnhagen como uma forma de antecipação do reconhecimento de nossa independência, pois, com elas, a descentralização e a entrega do poder aos capitães donatários, cuja autoridade outorgada pela Coroa tornava-os muito independentes em suas

decisões em relação a Portugal no que diz respeito à administração das terras sob seus domínios, tornaram-nos, praticamente, soberanos sobre estas. No livro, encontra-se, ainda, descrita a vitória dos portugueses contra os franceses e holandeses, através de guerras que, para o Visconde de Porto Seguro, estreitou os laços internos, tendo negros e índios se arregimentado para lutar do lado lusitano contra o “invasor” holandês. Procura mostrar, assim, a superioridade portuguesa, capaz de dominar, primeiro o índio e o negro e, agora, também vencer franceses e holandeses. Com uma compreensão histórica desse modo, não é sem razão que o autor irá preferir ver a história do Brasil, antes como continuidade da história lusitana, do que como ruptura.

Com relação aos africanos e à escravidão, embora não goste, Varnhagen dirá que, sendo inelutável, ao menos vê alguma importância nela como um bem para os negros, pois através dela teriam sido evangelizados e entrado pela porta da civilização. São afirmações que estão de acordo com as influências recebidas do pensamento e das ciências humanas de europeus, apontadas na introdução deste artigo, e que consideravam a sociedade e sua história como uma evolução ou progresso da barbárie à civilização e classificavam os homens em raças distintas e em estágios diferentes de evolução.

De todo modo acha que a escravidão daqui era mais suave que em outros países. Segundo José Carlos Reis, o autor via uma possibilidade diferente para a entrada do africano. Se realmente foi indispensável sua vinda, antes, tivesse ele sido ocupado de outra forma, constituindo família e amando o Brasil como sua Pátria, mas como escravo reconhece ser isso pouco provável. Ainda sobre os negros, espera ver seus traços desaparecidos. Pensamento lógico em um homem admirador da valentia e do heroísmo lusitano, e que viveu no século das teorias de Gobineau, Taine e Renan¹.

Assunto espinhoso para Varnhagen foi a independência do Brasil. Como justificar a separação de Portugal? Primeiramente, que ele considera, como momento inicial da independência, a abertura dos portos, decretada em 1808 por Dom João VI, portanto ato do Rei Português. Em segundo lugar, que se houve a separação, ela foi feita por sangue nobre, isto é, por ninguém menos que o próprio filho do rei de Portugal. E o País manteve a monarquia cujo cetro ficou em mãos do herdeiro da Coroa Portuguesa.

Fica claro em Varnhagen a filiação da história do Brasil à história de

¹Antropólogos franceses que faziam distinção racial entre brancos, amarelos e negros, e afirmavam a superioridade dos primeiros em relação aos segundos, e tendo em vista que consideravam o branco superior, quando houvesse miscigenação a tendência era predominar as características do branco sobre os aspectos físicos de outras raças. . Mais detalhes em TODOROV, Tzvetan. Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

Portugal. Sua visão da história do Brasil não deixa dúvida quanto à defesa da tradição e da continuidade, ao mesmo tempo em que busca nos documentos de variados arquivos, as fontes documentais necessárias às descrições que adota, como em sua crítica a Revolução Pernambucana de 1817, quando afirma: “a verdade é só uma, e há de triunfar em vista dos documentos que vão aparecendo” (apud GUILMARÃES, 2000, p. 16). Acerca de sua verdade histórica, afirma Reis: “Sua verdade é clássica e moderna; clássica: o passado é mestre do futuro; moderna: o método crítico garante a pureza do exemplo e revigora a tradição” (REIS, 1999, p. 49), tradição que ele procurava conservar.

Mudança de perspectiva: Mestre Capistrano

Em que pese a força dos quadros apresentados por Varnhagen e o uso da organização da história do Brasil feita por ele e, ainda hoje, estudada nas escolas brasileiras, como as viagens de navegação, o Tratado de Tordesilhas, as capitânicas hereditárias, os governos gerais, a Carta de Pero Vaz de Caminha, e tantos outros fatos ainda concatenados nos programas de ensino escolar, outro grande nome levantar-se-á, buscando escrever uma história do Brasil que fugisse dos moldes do Visconde de Porto Seguro: Mestre Capistrano, cujo trabalho cabe agora comentar.

João Capistrano de Abreu nasceu no Nordeste brasileiro, em 23 de outubro de 1853, mais precisamente em um sítio de Columinjuba, pertencente à Maranguape, no Ceará. As terras de propriedade de seu avô, nas quais eram plantados algodão, cana-de-açúcar, mandioca, milho, feijão, valiam-se de mão de obra escrava, recebendo auxílio de agregados e da própria família. Seu pai era homem benquisto na região, gozando de algum prestígio social. José Carlos Reis o descreve como homem “de mão pesada e alma dura” (REIS, 1999, p. 85), capaz de castigar escravos com a aspereza da sala de suplícios, castigo igualmente imposto aos filhos rebeldes. É neste ambiente, que o autor supracitado denomina de “casa-grande”, onde Capistrano de Abreu passou sua infância, tendo estudado o curso primário na província e, ali, permanecido até os vinte e um anos, quando decidiu mudar-se para o Rio de Janeiro.

Desconhecido no Rio, conseguiu emprego na livraria Garnier e, em seguida, trabalhou como professor no Colégio Aquino. Dedicou-se a escrever artigos para jornais, conseguiu uma vaga para trabalhar na Biblioteca Nacional. Leitor voraz, certamente o trabalho na biblioteca lhe caiu bem, pois, além de lhe garantir um emprego estável, permitiu-lhe que fizesse inúmeras pesquisas, solicitasse documentos e investigasse os papéis do Conselho Ultramarino, por exemplo. Fez concurso para ingressar nos quadros docentes do Colégio Pedro II.

A tese escrita para o concurso “O descobrimento do Brasil” deu-lhe a aprovação e acabou por tornar-se um clássico da historiografia brasileira. Era o ano de 1883 e, logo, a cadeira de história na qual lecionava foi extinta, para alívio seu, quando se livrou de um trabalho que, apesar de tudo, o desgostava.

Considerando suas origens e o ambiente familiar, Reis procura apontar razões para a dedicação de Capistrano aos estudos: “Refugiou-se, então, talvez, na leitura, evadiu-se, o jovem Capistrano. Criou um mundo de palavras, frases, citações confusas e em outras línguas” (REIS, 1999, p. 87). Tais argumentos de Reis parecem de difícil sustentação, numa tentativa de explicação psicológica para o gênio de Mestre Capistrano, a menos que se tenha alguma carta do próprio Capistrano que aponte para tal idéia, o que o autor não mostra e se deixa denunciar por um “talvez” condenatório.

O que se pode dizer com certeza é que “Capistrano teve, assim, uma formação tipicamente autodidata” (MOTA, 1999, p. 173). Autodidatismo que não era tão incomum, num período de tentativa de estabelecimento da identidade nacional, como foi o século XIX. Mas Mestre Capistrano estava em boa companhia, como escreve Jean M. Carvalho França:

O autodidatismo constitui um dado corriqueiro na história da cultura brasileira. Todavia, nenhum período da ainda curta trajetória do país contou com tantos autodidas célebres como o século XIX. O maior romancista do oitocentos, e talvez de toda a literatura em língua portuguesa, Machado de Assis, trilhou o difícil e incerto caminho da auto-instrução. A mesma vereda seguiram, também, o talentoso poeta romântico Gonçalves Dias, o pioneiro romancista Teixeira e Sousa, o crítico e deputado Joaquim Norberto, o incentivador das letras Paula Brito e muitos outros (apud ABREU, 2000, p. 273).

Apesar da boa companhia e da qualidade de seus estudos, pois segundo se refere José Honório Rodrigues, na apresentação do livro de Capistrano de Abreu, as pessoas que liam seus escritos não suspeitavam de que ele não tivesse formação superior, tão bem conduzidas eram suas leituras, e cita o trecho de uma carta na qual o próprio Capistrano queixava-se e desejava ao filho melhor sorte: “Fraco consolo é saber que se Abril [Fernando] tiver gosto por estudos congêneres não será condenado à aprendizagem de cabra-cega, de que não me foi dado escapar” (ABREU, 2000, p. 06). Se a biografia é relevante para entender seus escritos, mais importante, ainda, a formação teórica e a historiografia em Capistrano.

Sabe-se que se interessou pela filosofia positivista de Augusto Comte, então em voga, leu Taine e Herbert Spencer. O darwinismo social, tão aclamado no período, também lhe chamou a atenção. Mas a grande influência veio da

celebrizada escola histórica alemã, cujo trato metodológico e cuidado com as fontes o encantaram. Além da História, a Geografia era cara a Capistrano. Aliando História e Geografia e somando a estas os estudos da cultura, distingue-se um fio condutor em sua obra. “Na verdade, o interesse de Capistrano pelas relações entre História e Geografia e sua convicção de que as sociedades eram profundamente marcadas pela cultura e pelo meio geográfico estariam presentes no futuro ‘Capítulos de história colonial’” (MOTA, 1999, p. 174).

Já lhe ocorrera, quando jovem, a idéia de escrever a história do Brasil. “Tenho presente a primeira vez que me veio a idéia de escrever a história do Brasil. Estava no Ceará, na freguesia de Maranguape, com poucos livros, arredado de todo o comércio intelectual” (ABREU, 2000, p. 03). Portanto deveria ter menos de vinte e um anos. Com sua vinda para o Rio de Janeiro e com o trabalho no Colégio Pedro II, onde foi professor, observou o que ele chamou de “os quadros de ferro de Varnhagen”, no qual se descrevia e ensinava a já bastante conhecida estrutura da história tradicional do Brasil, desde a chegada dos portugueses até a vinda de Dom João VI, numa seqüência cronológica que acompanha passo a passo o desenrolar da narrativa de uma história feita a partir das elites.

Capistrano era cuidadoso com o manejo das fontes, resultado de suas leituras do historicismo alemão, mas seu espírito plástico e elegante de escrever possibilitou tratar com seriedade os assuntos em foco, sem contudo perder a alma das coisas. Acerca disso aponta José Honório Rodrigues:

Como um verdadeiro historiador, Capistrano era sensível ao espírito do fato. A história não é somente uma questão de fato; ela exige imaginação e que penetre o motivo da ação, que sinta a emoção já sentida, que viva o orgulho ou a humilhação já provados. Ser desapaixonado é perder alguma verdade vital do fato; é impedir-se de reviver a emoção e o pensamento dos que lutaram, trabalharam e pensaram (apud ABREU, 2000, p. 05).

Capítulos de História Colonial informa, já no título, que abarca o período de 1500 até 1800. Dividida em onze capítulos, trata-se de uma obra que precisa ser analisada em seu conjunto. Começa descrevendo a terra e os índios e, surpreendentemente, para a época, aponta os portugueses como alienígenas. Os portugueses e os negros são os estrangeiros em terra estranha. Capistrano adota, portanto, a perspectiva dos índios.

Nos capítulos três e quatro, “os descobridores” e “primeiros conflitos”, respectivamente, Capistrano cala-se acerca da possibilidade de outros navegadores terem estado aqui antes de Cabral. Inicia o capítulo terceiro falando da posição geográfica de Portugal que teria favorecido a vida marítima, discorre sobre as navegações portuguesas, os seus descobrimentos, a tentativa de chegar

às índias, mas logo adiante afirma ser a viagem de Cabral a que vai interessar. Dá detalhes desta viagem, mas pouco acrescenta de novo. Cita Fernando de Noronha e mostra-se pessimista com os primeiros colonos: “degradados, desertores, naufragos” (ABREU, 2000, p. 58). O breve capítulo quatro, por sua vez, trata das escaramuças com os franceses e as alianças entre estes e alguns indígenas.

No capítulo quinto, trata das capitânias hereditárias, dizendo dos enormes poderes que os donatários tinham em suas capitânias e compara as capitânias à organização feudal: “Em suma, convicto da necessidade desta organização feudal, D. João III tratou menos de acautelar sua própria autoridade que de armar os donatários com poderes bastantes para arrostarem usurpações possíveis dos solarengos vindouros” (ABREU, 2000, p. 67).

Em “Capitânias da coroa”, Capistrano narra a decadência do sistema de capitânias hereditárias, que eram então retomadas pela coroa portuguesa. Da implantação do Governo-geral, dá detalhes do número de soldados que acompanhavam o governador, afirma a presença dos jesuítas, mais concentrados em São Vicente. São indicadas lutas com os indígenas, como os tapuias e os aimorés e conclui o capítulo falando da busca pelas pedras preciosas.

Quanto ao capítulo sete, franceses e espanhóis, de fato, “trata de mais assunto do que o título sugere” (MOTA, 1999, p. 182) quando afirma “Agora um rápido lancear do país, aí pelos anos de 1618” (ABREU, 2000, p. 95). Passa logo a descrever os habitantes da terra, desde escravos, africanos ou seus descendentes, os índios, descritos como filhos da terra, os portugueses, tanto os de nascimento quanto os de origem, proprietários rurais, coroados todos pelos senhores de engenho. Aponta os desentendimentos entre os componentes sociais, de diferentes etnias. Parágrafo rico, entre tantos outros de Capistrano, útil também para caracterizar o espírito do fato, já referido por José Honório Rodrigues. Diz Capistrano:

A desafeição entre as três raças e respectivos mestiços lavrava dentro de cada raça. O negro ladino e crioulo olhava com desprezo o parceiro boçal, alheio à língua dos senhores. O índio catequizado, reduzido e vestido, e o índio selvagem ainda e livre e nu, mesmo quando pertencentes à mesma tribo, deviam sentir-se profundamente separado. O português vindo da terra, o reinol, julgava-se muito superior ao português nascido nestas paragens alongadas e bárbaras; o português nascido no Brasil, o mazombo, sentia e reconhecia sua inferioridade (ABREU, 2000, p. 97).

As descrições sobre as guerras flamengas ocupam o capítulo oitavo. Começa pela intencionalidade dos holandeses, da criação das Companhias das Índias. Deste capítulo, convém destacar a idéia que aparece no final, quando, a

partir das guerras empreendidas contra os holandeses, uniram-se as três raças, constitutivas do povo brasileiro, para agregar-se naquilo que Capistrano chama de solda entre os diferentes elementos étnicos. Diz Capistrano: “Sob a pressão externa operou-se uma solda, superficial, imperfeita, mas um princípio de solda, entre os diversos elementos étnicos” (ABREU, 2000, p. 124).

Se comparado com os outros capítulos, pode-se dizer que, o intitulado “o sertão”, é longo. Sertão, em Capistrano, tem o sentido de interior do Brasil, em contraposição ao litoral. Começa falando dos bandeirantes, informando da possível origem do nome bandeira. Adentra o interior do Brasil contando das reduções e missões jesuíticas. Trata-se de um capítulo espécie de paisagem do Brasil e, inserida nesta, o homem brasileiro, elemento fundamental na obra. São descritos vários pólos de ocupação, desde o Maranhão, das minas, das regiões de agro-pecuária e, logicamente, São Vicente e Piratininga, de onde saíram inúmeros mamelucos e bandeirantes para o trabalho de apresamento de índios

No penúltimo capítulo, chamado “Formação dos Limites”, começa por referir-se à autoridade papal que havia dado possessões ao governo português. Considera, logo em seguida, os vários tratados assinados por Portugal que lhe garantiam a posse da terra.

No último capítulo, chamado “três séculos depois”, faz um recorte geográfico, apontando duas correntes de ocupação: a espontânea, na periferia e a voluntária, desconexa e oposta à primeira. Trata, então, dos mestiços, presentes em diferentes áreas, como na Amazônia, a zona pastoril, na beira mar, etc. Descreve a Amazônia, desde as águas, o alimento, como a tartaruga e sua importância para os moradores locais.

Faz, ainda, neste décimo primeiro capítulo, que é um capítulo analítico por excelência, um balanço do Brasil no início do século XIX, no qual são abordadas ainda as zonas pastoris, a Casa Grande, com seus senhores, escravos e agregados, cita as vestimentas femininas, as festas religiosas e os diferentes tipos que formam o Brasil, desde o goiano, o mineiro, o paulista, sendo apontados os traços físicos e psicológicos de cada um, mas não é só. São inúmeros assuntos que procuram formar um mosaico do que era o Brasil no início do século que Capistrano nasceu.

Sobre algumas diferenças

Levando em consideração a opinião de José Honório Rodrigues, esta parte do presente trabalho poderia ser abortada, pois, segundo afirma, o livro *Capítulos de História Colonial* de Capistrano de Abreu não se compara, é um livro que se distingue (ABREU, 2000). Contudo é oportuno fazer breves

considerações entre Capistrano e Varnhagen, valendo-se das análises de Vainfas (apud MOTA, 1999) e Reis (1999), procurando colocá-los em contraponto, para observar nuances e particularidades.

Uma das primeiras diferenças entre Varnhagen e Capistrano é que o primeiro faz uma narrativa que acompanha o desenrolar dos acontecimentos desde a preparação da terra para a chegada dos portugueses, até a viagem de Cabral, passando pelas principais medidas do governo português, até a vinda da Família Real em 1808. Trata-se, evidentemente, de uma história oficial, escrita a partir dos documentos oriundos das autoridades constituídas e, de qualquer forma, visando a frisar o caráter de magnificência da Coroa Portuguesa, na qual a história do País deveria estar ligada como uma continuidade. Capistrano por sua vez, rejeita a idéia de escrever uma história de caráter “oficial”.

Muito embora, em vários aspectos, Capistrano tenha seguido as pegadas do Visconde de Porto Seguro, a própria idéia de escrever uma nova história do Brasil, a propósito de uma reedição do livro *História geral do Brasil* de Varnhagen e, mesmo a presença de assuntos já trabalhados pelo Visconde e que, nos *Capítulos*, reaparecem escritos na forma de uma visão, a partir das ordens da Coroa, como é o caso das Capitânicas Hereditárias e da organização do Governo no Brasil, faz também, a exemplo de Varnhagen, “uma história factual, carregada de datas e nomes, de eventos, em um ritmo quase diário” (REIS, 1999, p. 113). Há em Capistrano, portanto, além de rupturas, também permanências em relação a Varnhagen.

Diferença marcante se encontra na perspectiva de quem olha a história do País. Se Varnhagen observa a história do ângulo do colonizador português, Capistrano abre seu livro a partir da perspectiva do indígena. Daí, ter denominado de elemento alienígena ao português e ao negro.

O sentido do Brasil, para Varnhagen, parecia estar em dar continuidade à história lusitana. É nos heróis e nos grandes feitos dos portugueses que ele escreverá, até de forma laudatória. Amigo de reis e nobres, ocupando cargos públicos de monta, o Visconde de Porto Seguro preocupa-se em buscar, no passado português, o sentido do Brasil. Já Capistrano, fará do povo o sujeito da história, valorizando suas lutas e vitórias e sua miscigenação.

Em resumo, para Capistrano importante era o sentido da brasilidade de um povo que adentra o sertão, domina e ocupa regiões, que se rebela. Elogia a conquista, não do alienígena, mas do mestiço, desenha o País adentrando a mata. Vislumbrou isso, quando retratou a luta contra os flamengos. Disse Capistrano: “Vencedores dos flamengos, que tinham vencido os espanhóis, algum tempo senhores de Portugal, os combatentes de Pernambuco sentiam-se um povo de heróis”. (ABREU, 2000, p. 124). Mas quem eram estes homens? É o próprio

Capistrano quem nos informa: “Venceu o espírito nacional, Reinóis como Francisco Barreto, Ilhéus como Vieira, mazombos como André Vidal, índios como Camarão, negros como Henrique Dias, mamelucos, mulatos, caribocas, mestiços de todos os matizes combateram unânimes pela liberdade divina” (ABREU, 2000, p. 123). Gente que se uniu em luta, na visão de Capistrano, luta que serviu como solda que ligou a gente do Brasil.

Até aqui foi apontada a problemática da busca de uma identidade necessária à jovem nação brasileira, trabalho para o qual a história teria significativas contribuições, afinal que seria de um País sem passado? Procurou-se observar o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, sem adentrar nas salas de debate onde se discutiam as teorias a serem admitidas entre os doutos, mas procurando ver a ligação do Instituto com o Imperador e a busca de legitimidade por parte de seus membros.

A primeira grande síntese de nossa história e, em sendo do século do IHGB, não poderia ser esquecida, Varnhagen e sua pesquisa minuciosa de documentos, embora de perspectiva muitas vezes criticada como positivista, tem grande influência em nossa história, principalmente, se forem observados os livros didáticos de hoje, distribuídos para turmas do Ensino Fundamental. Tem-se a impressão de que tudo estava ali.

Mas Capistrano de Abreu mostra que não. É ele o nome maior? Não é proveitoso entrar nesta contenda, mas é inegável a importância dos caminhos e possibilidades apontados por este cearense genial. Embora seu livro tenha sido editado no início do século XX, é ele um homem do século XIX que, além da grandiosidade de sua obra, é também uma tentativa de resposta diferenciada ao trabalho de Varnhagen e, citando Canabrava, afirma Reis que Capistrano é um elo entre a geração do século XIX, do IHGB, e a geração do século XX, esta mais voltada para a produção historiográfica a partir da universidade (REIS, 1999).

A busca de uma identidade nacional, ou antes, e em termos mais atualizados, do sentido do Brasil que tanto se ouviu, quando das comemorações do “Brasil 500 anos”, em nossas academias, deve ser uma preocupação constante, ao se pretender pensar a Nação Brasileira. O que se tem hoje, na pesquisa historiográfica do Brasil, deve, e muito, ao enorme esforço de homens como os analisados acima, cujas obras são um marco, ponto de referência, mas muitas vezes esquecidos. Mas eles não são os únicos, foram escolhidos para as análises aqui apresentadas em razão da presença de suas idéias e pesquisas no ensino de história do Brasil. Além disso, representam o esforço inicial no sentido de busca de explicação para um problema que perpassa suas obras e é permanente nos estudos da brasilidade, isto é, qual a perspectiva teórico-metodológica mais adequada para a compreensão de nossa história? No fundo, o objeto de estudo

visado por esses autores pode ser sintetizado em duas idéias principais: a busca de um sentido para a história e a busca de uma identidade para o Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da pergunta apresentada no início deste artigo, a respeito da perspectiva adotada para a os estudos sociais no Brasil do século XIX, procurou-se apresentar algumas contribuições a partir do IHGB, passando por Varnhagen e Capistrano de Abreu. O recorte temporal, ocupado com a historiografia brasileira do século XIX tem uma continuidade no século XX, com autores como Gilberto Freyre, que, de algum modo, segue as idéias de Von Martius, ao menos com relação a se estudar a constituição do Brasil levando em conta sua gente, considerando o branco, o negro e o índio, na notável obra *Casa Grande & Senzala* (1933). Igualmente não poderia ser esquecido Sérgio Buarque de Holanda, cuja obra *Raízes do Brasil* completou em 2006 setenta anos de sua publicação. Um marco nas ciências sociais em nosso País. E ainda, o trabalho de Caio Prado Júnior, *Formação do Brasil Contemporâneo*, de 1942, que analisa a história do Brasil de uma perspectiva marxista (RICUPERO, 2000).

São três grande obras do século XX, que aqui só são mencionadas para não fugir ao escopo e ao objetivo deste artigo, obras que podem ser chamada de sínteses explicativas do Brasil.

Por fim, vale lembrar ainda o que foi apenas brevemente ventilado no item sobre o IHGB.

A partir da década de 60 do século passado, foram criados, de modo significativo, cursos de pós-graduação em nosso País. Data daí uma maior quantidade de pesquisas na área de história, além de congressos como da ANPUH - Associação Nacional dos Professores Universitários de História, e SBPH - Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica, entre outros.

Tais movimentos de pesquisa e divulgação têm contribuído de modo significativo ao fazer historiográfico, e em um sentido mais amplo com o desenvolvimento das pesquisas em ciências humanas, ao trazer à baila novos problemas, novos objetos e novas personagens da história, cujas vozes estavam caladas por uma tendência que privilegiava a política e as fontes oficiais ou o econômico. Mas, há o risco do privilégio quase exclusivo de abordagens presas ao particular, como pode ocorrer com a chamada Nova História, e prender-se excessivamente ao cotidiano, negligenciando a tessitura com o quadro maior dos acontecimentos. Sobre esse assunto, há uma interessante discussão travada entre Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas no livro *Domínios da História* (CARDOSO; VAINFAS, 1997), com posições opostas, explicitadas na abertura

e conclusão da obra. Mas entrar nestes meandros, exigiria um novo texto.

REFERÊNCIAS

- ABREU, C. **Capítulos de história colonial, 1500-1800**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Publifolha, 2000.
- ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: M. Claret, 2000.
- CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, J. M. **A construção da ordem**: a elite política imperial. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: M. Claret, 2002.
- FALCON, F. J. C. Historismo a atualidade de uma questão aparentemente inatual. **Tempo**, Niterói, v. 2, n. 4, p. 5-26, dez. 1997.
- FREYRE G. **Casa grande & senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Ed. Nacional, 1989.
- GUIMARÃES, L. M. P. **Francisco Adolfo de Varnhagen**. Mimeo, 2000.
- GUIMARÃES, M. S. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n.1, p. 5-27. 1988.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.
- MARCELLINO, N. C. (Org.). **Introdução às ciências sociais**. Campinas: Papirus, 1988.
- MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Global, 1988.
- MONTAIGNE, M. **Ensaio**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira (1933- 1974)**. São Paulo: Ática, 1990.
- MOTA, L. D. (Org.). **Introdução ao Brasil**: um banquete no trópico. São Paulo: SENAC, 1999.
- NEVES, L. M. B. P.; MACHADO, H. F. **O império do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PLATÃO. **A república**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.
- PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Publifolha, 2000.
- REIS, J. C. Anos 1850: Varnhagen: o elogio da colonização portuguesa. In: REIS, J. C. **As identidades do Brasil**: de Varnhagen à FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- RICUPERO, B. Caio Prado Jr. **E a nacionalização do marxismo no Brasil**. São Paulo: 34, 2000.
- ROUSSEAU, J. J. **Do contrato social**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

TODOROV, T. **Nós e os outros**: a reflexão francesa sobre a diversidade humana. Rio de Janeiro : J. Zahar, 1993.

VAINFAS, R. Capistrano de Abreu: capítulos de história colonial. In: MOTA, L. D. (Org.). **Um banquete no trópico**. São Paulo: SENAC, 1999.

VARNHAGEN, F. A. **História geral do Brasil**. São Paulo: Melhoramentos, 1952.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1999.

Recebido em / Received on / Recibido en 21/08/2006

Aceito em / Accepted on / Acepto en 04/12/2006